



A&D ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME

## PARECER

Trata-se de consulta da Câmara Municipal de Lutécia acerca do Projeto de Lei n. 35/2022, de 07 de julho de 2022, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo do Município de Lutécia e que possui a seguinte ementa: “Dispõe sobre a inclusão de dotações orçamentárias no plano plurianual 2022/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 e autoriza abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”.

De início, é fundamental esclarecer que cabe privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei acerca do plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, nos termos da Constituição Federal:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

Referida disposição é repetida na Constituição do Estado de São

Paulo, senão vejamos:

Artigo 174 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes da Constituição Federal:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

Por sua vez, em razão do princípio da simetria constitucional, a Lei Orgânica do Município de Lutécia dispõe na mesma medida. Vejamos:

ARTIGO 46 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal, relações jurídicas, políticas e administrativas, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

XVII- Enviar à Câmara Municipal projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito;

Assim, tem-se que o Projeto de Lei ora em análise cumpre o previsto



**A&D ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME**

na legislação acerca da competência para iniciativa.

Quanto à justificativa, esclarece o autor do Projeto de Lei que os valores serão utilizados para custeio e material permanente do Departamento da Saúde.

Por sua vez, tendo em vista que o valor a ser utilizado para as alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual e abertura do crédito especial advém de repasses a serem realizados pelos Governos Federal e Estadual através de Emendas Parlamentares que ocasionaram excesso de arrecadação, tem-se que não há que se falar em necessidade de apresentação de impacto orçamentário-financeiro previsto no art. 16, I e II, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Isto posto, não se verifica vício no Projeto de Lei a eivá-lo de inconstitucionalidade, preenchendo, portanto, os requisitos formais necessários para sua tramitação.

É o que nos parece, s.m.j.

Frise-se que o presente parecer não possui caráter vinculativo, por se tratar de atividade de assessoramento, e, portanto, possuindo caráter meramente opinativo.

Lutécia, 12 de julho de 2.022.



---

**A&D ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME**

Matheus da Silva Druzian - sócio